

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TEMAS E PRÁTICAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Discussão sobre o décimo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável de 2030 da Organização
das Nações Unidas (ONU)

Clara Kottas Ibri - 8995415 - FD
Enzo Melani Lotto - 10781985 - IRI
Guilherme Augusto Coelho Ferreira - 8140915 - IRI
Juliana Celidonio Degani - 10720152 - IRI
Júlio Adrião D'Angelo-10720343-IRI
Julio Macedo Yamamoto- 10720148-IRI
Leonardo Barbosa de Carvalho - 10685914 - IRI
Lucas Ebbesen - 9827673 - FFLCH
Marina Roesler Gallerani - 10781992 - IRI
Nathalia da Silva Barreira - 11228508 - ECA
Pedro Cavalcanti Costa Marques - 10720412 - IRI
Rebeca de Souza - 11278161 - ECA

SÃO PAULO

2019

Introdução

É importante salientar que o objetivo 10 (Redução das Desigualdades) exige soluções integradas e interdepende da solução de outros objetivos, sendo os principais, atualmente: a erradicação da pobreza e da discriminação, além da contenção de fluxos migratórios e conflitos civis.

A meta escolhida é a 10.2, em que vemos a necessidade da inclusão social, política e econômica independente de raça, cor, etnia e afins. Acreditamos, como grupo, que existe a possibilidade de conclusão de tal meta a nível do país como coletivo e do individual, com ações que atinjam a todos utilizando diversas estratégias.

O que fazer a nível Brasil?

- Envolver a população na universidade
 - Envolver os alunos em atividades de extensão, “um dos requisitos para concluir o curso seria realizar um projeto de extensão que envolvesse o social”.
 - Exemplo: programa de mentorado dado por alunos da faculdade pública, retribuição do investimento do contribuinte
- A criação de mais Institutos Federais (ETECs, CEFET e IF's) promovendo uma qualidade de ensino mais acessível em locais mais afastados de Centros Universitários, disseminando também o conteúdo técnico para essas regiões. Nesses centros, podem existir programas voltados à comunidade, comprovando o retorno social, educacional e ambiental que tais programas podem gerar.
- Promoção de políticas públicas de investimento que causem grande impacto para a diminuição da desigualdade, como infraestrutura e saneamento básico.
- Continuação e ampliação de políticas de ação afirmativa em diversas áreas, como concursos públicos e vestibulares.
- Promoção pública (seja por leis ou incentivos) da auto organização de grupos afirmativos como coletivos negros em espaços públicos. Acreditamos que tais espaços são fundamentais para discussão de questões minoritárias e conseqüentemente, para criação de soluções efetivas entre a população.
- Ampliação de ações afirmativas dentro das universidades e dos concursos públicos.

- Treinamento e capacitação a nível federal de todos os funcionários públicos (desde a Polícia Militar até os escrivães) sobre a realidade social brasileira a fim de evitar perseguições e tratamento injusto de grupos minoritários.

Como profissionais formados, o que podemos realizar?

- Relações Públicas
 - As Relações Públicas possuem um papel importante para o trabalho de inclusão social, econômica e política no Brasil. Com a preocupação da responsabilidade social dentro das organizações, se alcança um patamar elevado de projetos que promovam o empoderamento independente de fatores socioeconômicos. Esses projetos podem ser inseridos no ambiente interno ao se incentivar uma diversidade de funcionários a dar voz nas decisões organizacionais e trazerem ideias que contribuam com os objetivos da empresa; como também pode ocorrer externamente, buscando estratégias que atendam os públicos, levando tanto suas divergências em consideração quanto suas ideologias para auxiliar nos processos organizacionais.
- Relações Internacionais:
 - As relações Internacionais têm grande importância na promoção da igualdade. Como internacionalistas, podemos atuar em várias áreas, tanto do setor público quanto do privado, para aumentar a inclusão de minorias. Em cargos públicos, podemos advogar por políticas governamentais na área de inclusão. Ao atrair investimento externo para nosso país, por exemplo, podemos indicar projetos que causem a diminuição da desigualdade, como educação e saneamento básico, além do próprio crescimento econômico gerar mais empregos e oportunidades de negócios para todos. Na diplomacia, área em que muitos internacionalistas atuam, podemos pressionar os órgãos competentes para aumentar o número de vagas destinadas para ações afirmativas no concurso para a carreira diplomática, um dos mais difíceis do país, além de agir em conjunto com OIs que lidam com essas questões e fazer pressão por mudanças. Dentro do âmbito privado, é possível fazer com que multinacionais

apoiem projetos que busquem mitigar as desigualdades, como o treinamento de lideranças femininas, negras e lgbt.

- Geografia:

- Sob a perspectiva geográfica, uma série de iniciativas para reduzir as desigualdades podem ser tomadas, seja no âmbito técnico profissional ou pedagógico. O geógrafo, por exemplo, é responsável pela quantificação e pelo mapeamento tanto do universo quanto dos grupos minoritários, levando inclusive a executar uma interpretação crítica da amostragem obtida. Identificar numérica e espacialmente os diversos grupos que compõem a sociedade é de fundamental importância para a definição de ações e metas a serem alcançadas. Já no aspecto pedagógico, o professor além de incutir o tema em sala de aula, também viabiliza a redução das desigualdades através do compartilhamento de informações, elemento-chave em uma sociedade cada vez mais díspare. Tal iniciativa dá dimensões críticas ao aluno, acarretando em uma provável reflexão e mudança de postura em relação a sua posição na sociedade.

- Direito:

- No âmbito jurídico, podemos trabalhar junto ao poder legislativo na criação de projetos de lei que possam incentivar a inclusão social, econômica e política de todos, como a criação e o aumento de cotas raciais, sociais e de deficientes físicos em espaços sociais de destaque como é o caso das universidades. Ainda, no espectro regulamentar, podemos criar normas administrativas junto às universidades públicas que condicionem a formatura dos alunos a projetos que promovam a inclusão de todos. Por exemplo, podemos inserir a obrigatoriedade do aluno recém ingressado na universidade pública em mentorar outro aluno de baixa renda de ensino fundamental durante todos os anos de sua graduação (não apenas academicamente, mas com auxílio na organização do estudo, em questões estratégicas de vida, etc.), de tal modo que, no momento da formatura do mentor, o mentorando esteja em época de vestibular, mas mais preparado para adentrar em alguma universidade pública. Isso impactaria não apenas em sua própria ascensão pessoal, mas na consequente ascensão na inclusão de sua família e seu ciclo social. Além

disso, poderia haver a obrigatoriedade dos alunos de universidades públicas se envolverem de maneira local com as comunidades que as rodeiam. Muitas universidades são localizadas ao lado de comunidades menos favorecidas socialmente, e o uso da infraestrutura e da produção intelectual das universidades em prol dessas comunidades auxiliaria na promoção da inclusão social, econômica e política em âmbito local de maneira ímpar.